

PNLL: o caminho para tornar o Brasil um País de leitores

Resumo

Este trabalho resulta de uma pesquisa que busca investigar a implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura/PNLL, no período de 2006 a 2012, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Esta pesquisa visa apontar se os objetivos do PNLL no caminho de transformar o Brasil em um país de leitores foram alcançados, verificando a utilização dos recursos públicos para compra de livros, o investimento na construção e modernização de bibliotecas e aferindo o índice de leitura entre os brasileiros. A pesquisa foi desenvolvida com base nos documentos e marcos legais do processo de constituição do PNLL, nos investimentos nessa área pelos Ministérios da Educação e da Cultura e com os levantamentos da pesquisa Retratos da leitura no Brasil. Os resultados obtidos pela pesquisa demonstram que os objetivos da implementação do PNLL foram parcialmente atingidos, pois houve ampliação significativa nos investimentos de compra de livros, construção e modernização de bibliotecas, no entanto, o índice de leitura dos brasileiros diminuiu em comparativo à pesquisa de 2007 e os dados coletados em 2011, não sendo condizente com as políticas implementadas pelo PNLL.

Palavras-chave: leitura, livro, leitor, formação de leitores, biblioteca, Plano Nacional do Livro e Leitura

Maria Augusta D Arienzo

Prefeitura Municipal de Passo Fundo
guta.doula@gmail.com

1 Introdução

A importância da leitura para a sociedade e os cidadãos perpassa questões relativas às habilidades individuais e emancipatórias e pela construção de uma sociedade mais justa e universal, a partir de práticas fundamentadas em leituras, onde cada parte seja respeitada com suas particularidades, mas que seja essencial para o todo.

Neste sentido o Governo do Presidente Lula teve a preocupação com o empoderamento e a autonomia de seus cidadãos, nos âmbitos individual e coletivo, e desencadeou o processo de construção de uma política pública para o livro, leitura, bibliotecas e literatura.

No Brasil, o desafio é tornar a leitura uma ação do cotidiano que traga prazer e fruição. A obrigação da promoção do livro e da leitura não é apenas do governo e/ou da escola, é preciso compartilhar esta tarefa com a família e a sociedade.

Justifica-se a presente pesquisa documental e bibliográfica tendo em vista que por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura/PNLL o governo federal reviveu a luta pelas questões do livro, leitura, literatura e bibliotecas em uma perspectiva e categoria de política pública de leitura e formação de leitores, construída a partir da ação conjunta entre Estado e sociedade e de uma relação indissociável entre educação e cultura.

Desta ação nasceu o PNLL, uma política que pretende ser sólida em relação ao livro, leitura e literatura, como mapa e carta compromisso para aumentar o índice de leitura no país. Assim, pretende-se que o livro e a leitura se difundam por todo o Brasil, por meio deste pacto entre Estado, sociedade, educação e cultura. O Ministério da Cultura/MinC e o Ministério da Educação/MEC têm procurado dar visibilidade às questões do livro e leitura, investindo em bibliotecas e pontos de leitura e em aquisição de livros e projetos para formação de leitores.

Portanto, o presente artigo buscará investigar se os objetivos da implementação do PNLL estão sendo alcançados por meio do resgate dos documentos, as iniciativas, as informações, as pesquisas, os quais levaram a criação do PNLL e aferindo os investimentos públicos no país para que a leitura se torne prática cotidiana dos brasileiros, desenvolvendo políticas de cultura e educação para além dos muros das

escolas consolidando o pacto para tornar o Brasil um país de leitores, assim escrevendo um futuro melhor.

2 Plano Nacional do Livro e Leitura

Inicialmente, é importante resgatar os documentos e marcos legais que levaram a construção do PNLL, pois estas iniciativas trouxeram subsídios que fortaleceram e contribuíram com o debate que se instaurou para a discussão do tema.

Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.753, de 30 de outubro, que instituiu a Política Nacional do Livro. Nela constam as diretrizes para a política, as definições de livro, autor, editor, distribuidor e livreiro. Legisla sobre editoração, distribuição e comercialização do livro e cria ações para a difusão do livro.

A Política Nacional do Livro destaca o acesso e o uso do livro como direito do cidadão, o livro tem papel de propagar a cultura e o conhecimento, para tanto tem, também, como diretriz a promoção e o incentivo à leitura além de prever “capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda”. (BRASIL in: Marques Neto (org.), 2010, p. 64)

A *Declaración de Cochabamba* construída na VII Conferência Iberoamericana de Cultura, na Bolívia, nos dias 2 e 3 de outubro de 2003, onde os Ministros da Cultura acordam, entre outras convenções, adotar o Plano de Leitura Iberoamericano que tem como uma das finalidades contribuir para a erradicação do analfabetismo e solicitar à Cúpula Iberoamericana dos chefes de Estado e de governo a declaração do ano de 2005 como Ano Iberoamericano da Leitura.

Neste contexto, a *Declaración de Santa Cruz de la Sierra* produto XIII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, que ocorreu em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, em 14 e 15 de novembro de 2003 acatam a solicitação dos Ministros da Cultura o ano de 2005 como Ano Iberoamericano da Leitura entendendo que a cultura auxilia na busca pela igualdade social e se comprometem com o Plano Iberoamericano de Leitura aprovado na VII Conferência Iberoamericana de Cultura.

Outro documento importante foi a Ata da reunião de posse da Câmara Setorial do Livro e Leitura/CSLL realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2005, a pauta da reunião conteve a proposta de texto para os documentos Diretrizes Básicas da Política Nacional do Livro (2006/2020) e PNLL e a minuta para o decreto de regulamentação da Lei 10.753, de 30/10/2003.

A Portaria Interministerial nº 1442, de 10 de agosto de 2006, instituiu o PNLL, com duração de três anos e com o fim de “assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.” (BRASIL, 2010, p. 97)

Em 31 de agosto de 2006, por meio da Portaria Interministerial nº 1537 os Ministros da Educação e Cultura designam os membros para compor o Conselho Diretivo do PNLL e o Secretário Executivo da Coordenação Executiva do PNLL.

A CSLL, órgão setorial do MinC com representação do estado e da sociedade, na reunião do dia 19 de dezembro de 2006 aprova o texto final do PNLL e, com auxílio de especialistas em leitura e militantes na formação de leitores, construíram diretrizes que balizariam projetos e ações executadas sob influência do PNLL.

Por fim, com a leitura e a escrita em destaque no debate nacional, pelo Ano Iberoamericano da Leitura e pela efetivação do PNLL a partir de 2006 a sociedade civil das diferentes áreas de atuação do livro, leitura, literatura, bibliotecas, entregaram aos governos federais, estaduais e municipais manifestos, cartas abertas reivindicando e estimulando o debate, a construção e a afirmação do PNLL.

No âmbito nacional, como por exemplo, três manifestos foram entregues com reivindicações a cerca da institucionalidade, do financiamento da política pública da leitura, são eles: Manifesto do Povo do Livro; Manifestação pública dos presidentes de entidades do livro e Manifesto pela Secretaria Nacional do Livro.

Assim, estes foram os documentos e marcos legais que levaram a construção do PNLL, o qual teve como diferencial no seu processo de construção “a participação direta

e espontânea daqueles que diariamente trabalham com e para o livro em todo o país.”
(Gambi, 2010, p. 174)

O Governo Federal através do PNLL reviveu a luta pelas questões do livro, leitura, literatura, bibliotecas e formação de mediadores em uma perspectiva e como categoria de política pública.

O PNLL contém um conjunto de programas e projetos para promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no país, com iniciativas do Estado (governos federal, estaduais e municipais) e da Sociedade (setor privado e terceiro setor). O PNLL é parte integrante do Plano Nacional da Cultura e do Plano Nacional de Educação nas metas 7 e 16.

A leitura, o livro, as bibliotecas e as formações de mediadores têm relevância no desenvolvimento social e na construção da cidadania, por isso as diretrizes do PNLL têm por base

a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. (MEC, Minc, 2007, p.19)

O PNLL se fundamenta em alguns princípios básicos, visto que há uma sustentação conceitual a cerca da leitura e do livro, construída a partir das discussões sobre o tema nos diversos fóruns e transcrita no plano.

A UNESCO apontou fatores qualitativos e quantitativos relevantes à presença significativa de leitores, os quais são valorizados pelo Plano. São três os fatores qualitativos: o livro deve ter destaque e valorização nacional; as famílias devem ser leitoras e passar entre as gerações o gosto pela leitura; as escolas devem formar leitores, tendo mediadores de leitura capazes de utilizar diferentes estratégias e recursos para alcançar o objetivo. Os fatores quantitativos são dois: deve haver bibliotecas e livrarias de forma a garantir o acesso ao livro e o preço do livro deve ser atrativo para os leitores.

O Plano possui, entre outros, os seguintes princípios: a) A leitura e a escrita são compreendidas como práticas sociais e culturais; percebidas como direito e parte integrante no exercício da cidadania; b) A biblioteca como propagadora de informação e cultura, com a presença das diferentes manifestações artístico-culturais, das diferentes linguagens e suportes, das tecnologias de informação, fazendo a sinergia do livro com o universo contemporâneo; c) Livros e demais materiais de leitura como meio educativo para alunos, professores, bibliotecários e comunidade escolar respeitando as diferentes faixas etárias, e produzidos em diferentes linguagens e suportes.

Assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente (Marques Neto, 2010, p. 49)

O PNLL tem este como seu objetivo central e para que esta política de estado se consolide o plano foi organizado em eixos e linhas de ação para fixar, delinear e sistematizar iniciativas e ações servindo como base para o planejamento e implantação pelos governos e pela sociedade de políticas que tratem das questões de leitura, livro, bibliotecas, literatura e formação de mediadores.

O eixo 1 é denominado de Democratização do Acesso, as linhas de ação deste eixo são: implantação de novas bibliotecas; fortalecimento da rede atual de bibliotecas; conquistas de novos espaços de leitura; distribuição de livros gratuitos; melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; e incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação.

As linhas de ação presentes no eixo 2, Fomento à Leitura e à Formação de mediadores são: formação de mediadores de leitura; projetos sociais de leitura; estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial; e prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.

Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico é o eixo 3 do plano, as linhas de ação deste eixo são: ações para converter o fomento às práticas

sociais da leitura em Política de Estado; ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura; e publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

Por fim, eixo 4 definido como Desenvolvimento da Economia do Livro com as seguintes linhas de ação: desenvolvimento da cadeia produtiva do livro; fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura; apoio à cadeia criativa do livro; e maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada.

O então Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad (2007) conclui que

“ dar a público as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura é, portanto, uma ação que une a responsabilidade inerente ao poder público com o convite para a mobilização da sociedade de modo que as conquistas e os avanços no acesso ao livro e na promoção da leitura sejam um patrimônio da nação brasileira, construído e comemorado coletivamente”. (p. 17)

3 Percepção do PNLL

Em 2010, passados quatro anos da implantação do PNLL houve a segunda edição do Caderno do PNLL onde foram convidados para dar seu depoimento e opinião, em formato de texto, muitos profissionais que no seu cotidiano vivenciam ações em prol da leitura e que contribuíram e representam a todos que escreveram a história e a memória do plano. “Escritores, bibliotecários, editores, agentes culturais, livreiros, dirigente públicos, acadêmicos, responsáveis por projetos de leitura e do terceiro setor, todos deram sua visão do que significa e qual o lugar do PNLL nesta fase de luta pela leitura e pela cidadania em nosso país.” (Marques Neto, 2010, p. 18)

Alfredo Manevy, 2010, secretário executivo do MinC destaca que o PNLL é um símbolo de mudança na política cultural, pois um dos aspectos importantes é o trabalho realizado em conjunto pelo MinC e MEC para desenvolver uma política de democratização de acesso ao livro e a leitura. Manevy (2010) sugere a institucionalização do PNLL como forma de avançar nas diretrizes e metas da política de acesso ao livro e leitura, pois “mesmo com todos esses planos de trabalhos traçados em benefício da sociedade, entendemos que há muito a ser feito. Sobretudo quando números apontam

que 16,3 milhões de pessoas no Brasil são incapazes de ler e escrever um mero bilhete”.
(p.138)

André Lázaro, na época, secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, aponta que o MEC é o maior comprador de livros, tanto didáticos como literários, porém questiona se os livros chegam ao seu destino e como são utilizados. Destaca ainda, que a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil aponta a escola como indutora da relação com a leitura, mostrando a responsabilidade educacional com ampliação da promoção da leitura. Lázaro diz que a parceria entre o MinC e o MEC “resultou num reforço aos princípios do PNLL e em sua vinculação ao conceito de aprendizagem ao longo da vida, de forma a contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade leitora”. (p.143)

A importância do professor como mediador de leitura é destacada por Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (2010), então assessor especial do MEC, o livro é insubstituível e fundamental no processo de formação de leitores, mas pondera que “o problema da leitura não se resolve apenas com a distribuição de livros” (p.145) tem que haver formação de mediadores de leitura. Segundo Xavier (2010) “nessa rápida retrospectiva, não se vê uma política pública clara e permanente em favor do professor como mediador da leitura ou para a formação do leitor.”. (p.146)

Eliana Yunes, doutora em Letras e Linguística e pesquisadora do CNPq, afirma que

“eis que esperamos até o século XXI no Brasil para que educação e cultura, sob responsabilidade assumida pelo Estado, entendendo que só uma rede social que articule escola, biblioteca, família e valorize a leitura como bem fundamental, pode efetivamente contribuir para que haja índice de desenvolvimento humano compatível com o econômico que atingimos”. (2010, p.154)

Yunes (2010) sugere uma análise sobre o impacto da leitura ou a falta dela frente ao custo Brasil de desenvolvimento, fazendo o seguinte questionamento “quanto custa o Brasil que não lê? Acidentes de trabalho, obras malfeitas, equívocos administrativos, desalinhamento de ações, arquivamento indevido, ignorância dos processos, burocratização inútil e irrealista das práticas interinstitucionais”. (p.154 e 155) Conclui que

“abortar outra vez a gestão de uma sociedade leitora seria um ato de assumida irresponsabilidade, se não de ignorância da história”. (p.155)

Ezequiel Theodoro da Silva (2010), doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defende a continuidade do PNLL fazendo os seguintes questionamentos:

“Conseguiu o PNLL mudar, para melhor e significativamente, o panorama da leitura no Brasil? Eu responderia “um pouquinho”, em decorrência dos quistos existentes nos organismos de educação e cultura neste país. Poderia ter feito mais? Julgo que não porque, de certa forma, as dificuldades relacionadas ao enfrentamento desses quistos não podem ser superadas num par de gestões: serão décadas de trabalho para vencer barreiras e juntar todas as energias em favor de uma sociedade verdadeiramente leitora”. (p.159)

Fabiano dos Santos Piúba (2010), diretor de Livro, Leitura e Literatura do MinC, afirma que o PNLL é uma conquista da sociedade brasileira e aponta como desafio a institucionalização da política do livro, leitura e literatura. No seu texto traz um dado importante quanto à construção e modernização das bibliotecas no Brasil, ele diz que “zeramos o déficit de municípios sem bibliotecas, dotando todas as cidades brasileiras com esse equipamento cultural, ao todo foram implantadas 1.645 bibliotecas municipais com o investimento de 99 milhões de reais”. (p.163)

Flávia Rosa (2010), doutora em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia, destaca que em 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em 21/12, a Lei de Desoneração Fiscal que isenta a produção, comercialização e importação de livros do pagamento do PIS/Confins/Pasep, tal ação trouxe as editoras, livreiros e distribuidores um clima muito otimista, visto que desta forma poderá ocorrer redução no preço do livro. Rosa diz que “em cinco anos de existência, é possível avaliar positivamente essa política histórica para um país com índices de leitura ainda desanimadores” (p.172), afirmando que as entidades do livro apoiam as metas do PNLL.

Galeano Amorim (2010), jornalista e escritor, fala que o PNLL fará parte da história das lutas pela leitura ao estruturar políticas e condições para gerar mais leitores e leituras entre os brasileiros. O PNLL “é um indicativo claro de como um país, seus estados e

municípios devem enfrentar os desafios nesta área e para onde caminha – que rumo seguir e qual o papel de cada um nesta grandiosa tarefa para fazer do Brasil uma nação de cidadãos leitores?” Define e questiona Amorim. (p.180)

Jéferson Assunção (2010), secretário-adjunto da Secretaria de Estado da Cultura do RS, afirma que para o PNLL continuar avançando é necessário consolidar e institucionalizar esta política de livro e de leitura. O PNLL “colocou e coloca com clareza na pauta do Brasil os pontos necessários para desenvolver a leitura e o livro. Um dos pontos fundamentais é seu aprofundamento regional” afirma Assunção, e para tanto é preciso “de uma segunda geração do PNLL: os Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura”. (p.197)

Dando continuidade aos olhares sobre os primeiros quatro anos do PNLL Oswaldo Siciliano, economista e empresário, diz que o PNLL conseguiu unir, no seu processo de implantação, agentes de diversas áreas da educação e da cultura contemplando além dos agentes públicos os da iniciativa privada, assim construindo-o de forma colegiada e integrada. Siciliano (2010) afirma que

“o setor editorial crê na melhoria da relação leitores-livros no Brasil. O índice cresceu nesta última década, mas não há como negar a necessidade de torná-lo mais robusto. O momento do país é oportuno para acreditar no avanço acelerado deste indicador. O PNLL deve contribuir muito para isso. O trabalho realizado até aqui pelo fórum é a prova incontestável dessa afirmação.” (p.219)

No texto intitulado “PNLL: a benção e a receita”, de Silvana Meireles, da Secretaria de Articulação Institucional do MinC na sua avaliação afirma que agora é o momento para dar um salto, isto quer dizer

“o Brasil precisa que seu Plano Nacional de Livro e Leitura tenha força de lei e continue a ser implementado; necessita da fundação do Instituto Nacional do Livro, da Leitura e da Literatura, para que todas as dimensões da leitura sejam cuidadas e desenvolvidas; carece de criar, no âmbito de um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, linhas de apoio às cadeias criativas e produtivas do livro previstas no PNLL. Posto que virtualmente todo o município tem condições de ter sua biblioteca pública, graças ao empenho do governo e da sociedade, trata-

se de continuar a política de modernização em curso e dar maior escala à formação dos Agentes de Leitura.” (2010, p.228)

O membro da diretoria da Associação Nacional de Livrarias, Vitor Tavares reconhece o PNLL como um documento que sugere ações e define conceitos, porém para que se efetivem é necessária ação governamental. Tavares (2010) acredita que

“vamos aumentar o número de leitores quando cada biblioteca pública for um verdadeiro centro de cultura com várias atividades culturais, respeitando-se a nossa grande diversidade cultural – normal para um país com tais dimensões. O espaço de uma biblioteca não pode ser apenas um depósito de bons livros.” (p. 243 e 244)

Para finalizar as avaliações dos diferentes colaboradores e construtores do PNLL trancreve-se o pensamento de Tania Mariza Kuchenbecker Rösing, professora e pesquisadora da Universidade de Passo Fundo e coordenadora geral das Jornadas Literárias que fala sobre as conquistas do plano nos últimos seis anos: iniciativas de leitura foram ampliadas e incentivadas; distribuição de materiais de leitura de qualidade e quantidade abundante; informatização das escolas; distribuição de livros para pessoas deficientes dentro de um forte processo de inclusão. Porém, afirma que a maior dificuldade se encontra nos profissionais das escolas não serem leitores. Rösing (2010) conclui que

“o grande investimento não deve ser apenas na aquisição de materiais qualificados de leitura. Há que se criar mecanismos mais presenciais de preparação do professor, os quais, em sua formação educacional e cultural, constituindo parcela significativa da sociedade brasileira, prefere envolver-se com os meios propagadores da cultura de massa desqualificada, que os transforma em sujeitos passivos, despreocupados com o seu compromisso em transformar-se para transformar seu entorno.” (p.238)

Por fim, destaca-se a opinião e avaliação do próprio PNLL, presente no segundo caderno do plano, conclui-se que para que o livro e a leitura transformem-se em Política de Estado, há que se investir e priorizar em alguns aspectos, tais como: o PNLL deve se tornar lei federal; o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura do MinC, fórum permanente de debate do plano, deve ser fortalecido; criação do Instituto Nacional do

Livro, Leitura e Literatura como forma de institucionalização do PNLL e viabilidade das políticas, programas, projetos e ações presentes no plano, através de fixação de marcos legais baseados na Constituição Federal.

4 Apresentação e análise dos dados

Para que se possa investigar se os objetivos da implementação do PNLL estão sendo alcançados, além de traduzir o olhar daqueles que construíram o plano, será aferido os investimentos públicos no país, de 2006 a 2012, realizados pelos Ministérios da Cultura e da Educação quanto à compra de livros e à construção e modernização de bibliotecas e pontos de leitura, e verificado os dados da pesquisa Retrato da Leitura no Brasil sobre o índice de leitura dos brasileiros efetuando um comparativo entre as pesquisas de 2007 e 2011.

Serão analisadas duas formas de aquisição de livros pelo MEC, as quais são o Programa Nacional do Livro Didático/PNLD e Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE.

O PNLD é um programa de distribuição de obras didáticas aos alunos da rede pública de ensino brasileiro, voltado à educação básica, sendo que os alunos da educação infantil não são atendidos pelo programa.

De 2006 a 2012 o programa investiu na distribuição integral e parcial de obras didáticas, na reposição e complementação de acervo, na distribuição de dicionários trilingües, distribuição de obras complementares, atingindo o ensino fundamental e médio, as modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial e o Programa Brasil Alfabetizado. A organização detalhada da distribuição encontra-se no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, disponível em: <www.fnde.gov.br>.

Em 2006 foram investidos pelo MEC um valor de R\$ 688.0001.117,16 com o programa, atingindo 35.488.230 alunos, desta forma o valor aluno foi de R\$ 19,39. O valor em 2007 foi de R\$ 882.952.770,28, e atingiu 38.282.087 alunos, sendo assim foi investido R\$ 23,07 por aluno.

O MEC, em 2008, ampliou o investimento em cerca de 10% passando para R\$ 25,00 por aluno, pois o valor de R\$ 910.243.104,76 beneficiou 36.407.982 alunos das redes de ensino público. No ano de 2009 houve um decréscimo no valor investido por aluno para R\$ 19,92, tendo em vista que o valor total na aquisição de livros didáticos foi de R\$ 728.971.565,39, assim alcançando 36.598.907 alunos da educação básica.

Segundo o FNDE, em 2010, os investimentos no PNLD foram de R\$ 1.077.805.377,28, e o número de alunos beneficiados foi 37.114.908 estudantes, com isso, novamente, houve um acréscimo nos recursos aluno passando para R\$ 29,04. Nos próximos dois anos, 2011 e 2012, os investimentos são ampliados perfazendo um total por aluno de R\$ 32,26 e R\$ 32,80 respectivamente, e os valores totais no programa são em 2011 R\$ 1.164.100.724,28 para 36.086.820 alunos e em 2012 R\$ 1.085.390.919,57 atingindo 33.084.503 alunos.

O PNBE visa prover as bibliotecas escolares das redes de ensino público federais, estaduais, municipais e do distrito federal no âmbito da educação básica, atingindo todos os níveis e modalidades de ensino, com o fornecimento de acervos de obras literárias, de referência, de pesquisa e de outros materiais para auxiliar com o desenvolvimento do currículo escolar, “com vistas à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento a leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor.” (<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>, acesso em 15/12/2013)

O PNBE é composto do PNBE Professor, PNBE Periódicos e PNBE Temático. Nas obras de literatura distribuídas estão presentes vários gêneros literários desde as obras clássicas da literatura universal; passando pelo poema; conto, crônica, novela, teatro, tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; livros de imagem e histórias em quadrinhos.

O MEC/FNDE faz a distribuição dos acervos do PNBE nos anos pares para as escolas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e para a modalidade de

educação de jovens e adultos, e nos anos ímpares a distribuição é realizada para as escolas dos anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio.

Os investimentos no programa de 2006 a 2012 são respectivamente: R\$ 45.509.183,56, R\$ 65.283.759,50, R\$ 77.798.631,10, R\$ 146.716.019,04, R\$ 101.962.988,98, R\$ 135.093.348,58 e R\$ 143.453.855,15. Observa-se um aumento de cerca de 300% nos valores investidos pelo ministério de 2006 a 2012.

O Programa Livro Aberto oferece apoio aos municípios e estados para instalação e modernização de bibliotecas públicas municipais, o programa é vinculado ao MinC através da Fundação Biblioteca Nacional.

O Programa Livro Aberto – Instalação de Bibliotecas Públicas Municipais prevê a construção e o apoio à sua instalação, a inscrição garante o apoio que significa receber um kit de acervo com no mínimo 2000 exemplares; e mobiliário, equipamentos e itens de ambiência, tais como: computador, impressora, nobreak, tv 29”, circuladores de ar, minisystem, aparelho de DVD, mesas redondas, cadeiras fixas, mesa de trabalho, cadeira giratória ajustável, estantes em aço baixas coloridas, estantes em aço baixas coloridas com rodízios, puffs, quadro de aviso pequeno e quadro de aviso grande.

O Programa Livro Aberto – Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais as informações básicas sobre o programa constam de editais quando publicados.

Os dados dos investimentos do MinC com o Programa Livro Aberto no período de 2006 a 2012 foram extraídos do site do Senado Federal, Portal Orçamento – disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/loa>>.

A Lei Orçamentária Anual para o Programa Livro Aberto em 2006 previu dotação inicial no valor R\$ 19.081.689,00, em 2007 foi de R\$ 29.599.974,00, em 2008 teve um acréscimo de aproximadamente 300% tendo como dotação inicial o valor de R\$ 111.531.115,00, para 2009 foi previsto o valor de R\$ 110.884.260,00, em 2010 os investimentos foram R\$ 207.093.946,00, em 2011 houve um decréscimo no valor ficando em R\$ 136.693.614,00 e finalizando em 2012 em R\$ 214.600.000,00. Estes dados mostram o aumento nos investimentos públicos em construção e modernização de bibliotecas em cerca de 1000% entre 2006 e 2012.

A pesquisa Retratos da leitura no Brasil é realizada pelo Instituto Pró-Livro/IPL com o apoio da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, com periodicidade de três anos entre cada pesquisa, com a ideia de “analisar indicadores que permitam orientar programas e projetos de inclusão cultural da população brasileira, além de identificar fatores que levem à leitura e promovam o acesso ao livro em grande escala”. (Monteiro, 2012, p.5)

A metodologia da pesquisa é proposta pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe, a aplicação e preparação dos resultados de 2011 foram realizadas pelo IBOPE Inteligência contratado pelo IPL.

Especificamente sobre o índice de leitura, o qual será apresentado aqui, houve ajustes da pesquisa de 2007 para a de 2011, foi analisada a leitura nos últimos três meses e não 12, visto que a coordenação da pesquisa entendeu que desta forma as informações e/ou memória do entrevistado seriam mais confiáveis.

Comparação de 2007 para 2011 do número de livros lidos por ano entre todos os entrevistados. Na pesquisa de 2007 entre 66,5 milhões de leitores o índice de leitura ficou em 4,7 livros por ano, sendo que para 2011 dentre os 71,9 milhões de leitores passou para 4,0 livros/ano. Pode-se notar que o índice de leitura dos brasileiros de 2007 para 2011 manteve-se praticamente inalterado ou até regrediu um pouco.

5 Conclusão

A pesquisa evidenciou, através do resgate da história e memória do PNLL, especificamente a partir da apresentação dos dados sobre os investimentos em compra de livros e em construção e modernização de bibliotecas, como também pela apresentação dos índices de leitura dos brasileiros, que o PNLL está atingindo seus objetivos, mas ainda há avanços a serem realizados.

Para entender a investigação realizada sobre a avaliação do PNLL foi produzida a pesquisa bibliográfica através da qual foram destacadas diferentes contribuições teóricas sobre o tema proposto, bem como resgate documental e dos marcos legais, além do caderno de apresentação do plano.

Os resultados obtidos pela pesquisa demonstram que a implantação do PNLL, na opinião dos escritores, bibliotecários, editores, agentes culturais, livreiros, dirigente públicos, acadêmicos, responsáveis por projetos de leitura e do terceiro setor, alcançou suas metas, no entanto, necessita avançar e priorizar alguns pontos, como por exemplo: institucionalização do PNLL em lei federal e por meio da criação do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura; política pública clara e permanente de formação de professores como mediadores de leitura e para a formação de leitores; criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura; criação de Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura; dar continuidade a modernização das bibliotecas públicas.

Quanto aos investimentos em compra de livros o PNLL cumpriu os seus objetivos, pois o MEC, responsável pela política de aquisição de livros, ampliou os investimentos do PNLL em 70% o valor por aluno/ano e os recursos para o PNBE em 300%, investimentos ampliados de 2006 para 2012.

Outro aspecto importante, meta do PNLL, é quanto à construção e modernização de bibliotecas o plano atendeu sua meta, primeiramente porque o MinC, responsável pelo Programa Livro Aberto, aumentou de 2006 para 2012 o orçamento em 1000%, assim saldando o déficit de municípios sem bibliotecas, necessitando continuar com a política de modernização de bibliotecas públicas.

Outra questão relevante é o índice de leitura dos brasileiros, o qual da pesquisa de 2007 para a de 2011 teve uma pequena alteração de 4,7 passou para 4,0 livros lidos por leitor ano no Brasil, os dados foram analisados de forma isolada dos demais indicadores a cerca do perfil dos leitores que a pesquisa apresenta. No entanto, é possível notar que os demais investimentos realizados pelo PNLL ainda não foram suficientes para mudar o índice de leitura dos brasileiros.

Os objetivos da pesquisa foram todos alcançados por meio dos documentos, marcos legais e contribuições teóricas sobre o tema. Os colaboradores do PNLL foram unânimes ao relatar a importância da implantação, do fortalecimento e da continuidade do PNLL para a política do livro e leitura no Brasil. Em especial, os Ministérios da Educação

e da Cultura têm cumprido o seu papel no que se refere às questões de aquisição de livros e construção e modernização de bibliotecas.

Sugere-se que, baseados nos resultados obtidos, o desafio do PNLL é fortalecer àquelas ações que foram positivas e replanejar os aspectos contraproducentes, visto que o plano visa formar uma sociedade leitora promovendo a inclusão social dos brasileiros por meio do direito a bens, serviços e cultura.

Portanto, é necessário destacar que o impacto das políticas públicas implementadas pelo PNLL sobre o índice de leitura está acontecendo em um ritmo lento frente as necessidades do país. Porém, o Plano Nacional do Livro e Leitura está no rumo certo, mas ainda há um longo caminho a se percorrer para transformar o Brasil em um país de leitores.

6 Referências

AMORIM, G. Aonde isso vai dar!?!? In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

AMORIM, G. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2008.

ASSUMÇÃO, J. Um novo momento para o livro e a leitura no Brasil. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

BRASIL. Portaria Inteministerial nº 1442, de 10 de Agosto de 2006. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

FAILLA, Z. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 3*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

GAMBI, G. A ousadia de propor novos formatos. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

HADDAD, F. O livro, a escola e a leitura. In: MEC; MinC. *Plano nacional do livro e leitura*. Brasília: MEC, MinC, 2007.

LÁZARO, A. Fomento à leitura – uma visão do Ministério da Educação. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MANEVY, A. PNLL: um símbolo de mudança na política cultural. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MEC, MinC. *Plano nacional do livro e leitura*. Brasília: MEC, MinC, 2007.

MEIRELES, S. PNLL: a benção e a receita. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MOREIRA, M. A. In: FAILLA, Z. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 3*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

PIÚBA, F. S. O futuro do PNLL está no presente. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

ROSA, F. Política da leitura, do livro e da biblioteca no Brasil: breve abordagem histórica. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

RÖSING, T. M. K. PNLL: Conquistas e Desdobramentos. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

SICILIANO, O. Fator de melhoria do índice de leitura. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

SILVA, E, T. Da necessidade de somatória de energias para enfrentar a problemática da leitura no Brasil. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

Site oficial do Senado Federal. Disponível em: <www.senado.gov.br> acessado em 17 de dez. de 2013.

Site do Ministério da Cultura. Disponível em: <www.cultura.gov.br> acessado em 17 de dez. de 2013.

Site da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.fbn.gov.br> acessado em 17 de dez. de 2013.

Site Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: <www.fnde.gov.br> acessado em 17 de dez. de 2013.

Site do Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <www.mec.gov.br> acessado em 17 de dez. de 2013.

TAVARES, V. PNLL em cinco anos se consolida como o verdadeiro canal em defesa do setor livreiro. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

XAVIER, C. A. R. A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador da leitura. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

YUNES, E. Era uma vez a leitura... In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.